

ÍNDICE GERAL

	Págs.
SOBRE O AUTOR DO COMENTÁRIO	5
PREFÁCIO	7
ÍNDICE GERAL	9
ÍNDICE DA LEI DE ARBITRAGEM VOLUNTÁRIA	11
ÍNDICE TEMÁTICO DA LEI DE ARBITRAGEM VOLUNTÁRIA	15
COMENTÁRIO À LEI DE ARBITRAGEM VOLUNTÁRIA	23
ANEXOS:	
ANEXO 1	
Comentário à Convenção de Nova Iorque de 1958	219
ANEXO 2	
Recomendações da UNCITRAL sobre a Interpretação do artigo II, número 2, e artigo VII, número 1, da Convenção de Nova Iorque de 1958, adotada pela UNCITRAL em 7 de Julho de 2006	239
ANEXO 3	
Lei Modelo da UNCITRAL sobre Arbitragem Comercial Internacional (de 21 de Junho de 1985, alterada em 7 de Julho de 2006)	243
ANEXO 4	
Nota Explicativa do Secretariado da UNCITRAL sobre a Lei-Modelo relativa a Arbitragem Comercial Internacional de 1985 (alterada em 2006)	271
ANEXO 5	
Jurisprudência Nacional Sobre Arbitragem	289

ÍNDICE DA LEI DE ARBITRAGEM VOLUNTÁRIA

	Págs.
CAPÍTULO I Da convenção de Arbitragem	23
Artigo 1º Convenção de arbitragem	23
Artigo 2º Requisitos da convenção de arbitragem; sua revogação	38
Artigo 3º Nulidade da convenção de arbitragem	43
Artigo 4º Modificação, revogação e caducidade da convenção	44
Artigo 5º Efeito negativo da convenção de arbitragem	45
Artigo 6º Remissão para regulamentos de arbitragem	52
Artigo 7º Convenção de arbitragem e providências cautelares decretadas por tribunal estadual	52
CAPÍTULO II Dos árbitros e do tribunal arbitral	53
Artigo 8º Número de árbitros	53
Artigo 9º Requisitos dos árbitros	54
Artigo 10º Designação dos árbitros	59
Artigo 11º Pluralidade de demandantes ou de demandados	63
Artigo 12º Aceitação do encargo	65
Artigo 13º Fundamentos de recusa	67
Artigo 14º Processo de recusa	69
Artigo 15º Incapacitação ou inação de um árbitro	72
Artigo 16º Nomeação de um árbitro substituto	79
Artigo 17º Honorários e despesas dos árbitros	80
CAPÍTULO III Da competência do tribunal arbitral	83
Artigo 18º Competência do tribunal arbitral para se pronunciar sobre a sua competência	83
Artigo 19º Extensão da intervenção dos tribunais estaduais	90

CAPÍTULO IV Das providências cautelares e ordens preliminares	91
SECÇÃO I Providências cautelares	91
Artigo 20º Providências cautelares decretadas pelo tribunal arbitral	91
Artigo 21º Requisitos para o decretamento de providências cautelares	97
SECÇÃO II Ordens preliminares	99
Artigo 22º Requerimento de ordens preliminares; requisitos	99
Artigo 23º Regime específico das ordens preliminares	101
SECÇÃO III Regras comuns às providências cautelares e às ordens preliminares	105
Artigo 24º Modificação, suspensão e revogação; prestação de caução	105
Artigo 25º Dever de revelação	107
Artigo 26º Responsabilidade do requerente	108
SECÇÃO IV Reconhecimento ou execução coerciva de providências cautelares	109
Artigo 27º Reconhecimento ou execução coerciva	109
Artigo 28º Fundamentos de recusa do reconhecimento ou da execução coerciva	112
Artigo 29º Providências cautelares decretadas por um tribunal estadual	114
CAPÍTULO V Da condução do processo arbitral	116
Artigo 30º Princípios e regras do processo arbitral	116
Artigo 31º Lugar da arbitragem	124
Artigo 32º Língua do processo	125
Artigo 33º Início do processo; petição e contestação	126
Artigo 34º Audiências e processo escrito	129
Artigo 35º Omissões e faltas de qualquer das partes	131
Artigo 36º Intervenção de terceiros	132
Artigo 37º Perito nomeado pelo tribunal arbitral	140
Artigo 38º Solicitação aos tribunais estaduais na obtenção de provas	141
CAPÍTULO VI Da sentença arbitral e encerramento do processo	143
Artigo 39º Direito aplicável, recurso à equidade; irrecorribilidade da decisão	143
Artigo 40º Decisão tomada por vários árbitros	147
Artigo 41º Transacção	150
Artigo 42º Forma, conteúdo e eficácia da sentença	152
Artigo 43º Prazo para proferir sentença	158

Artigo 44º Encerramento do processo	160
Artigo 45º Rectificação e esclarecimento da sentença; sentença adicional	163
CAPÍTULO VII Da impugnação da sentença arbitral	166
Artigo 46º Pedido de anulação	166
CAPÍTULO VIII Da execução da sentença arbitral	185
Artigo 47º Execução da sentença arbitral	185
Artigo 48º Fundamentos de oposição à execução	187
CAPÍTULO IX Da arbitragem internacional	189
Artigo 49º Conceito e regime da arbitragem internacional	189
Artigo 50º Inoponibilidade de excepções baseadas no direito interno de uma parte	191
Artigo 51º Validade substancial da convenção de arbitragem	192
Artigo 52º Regras de direito aplicáveis ao fundo da causa	193
Artigo 53º Irrecorribilidade da sentença	195
Artigo 54º Ordem pública internacional	196
CAPÍTULO X Do reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras	197
Artigo 55º Necessidade do reconhecimento	197
Artigo 56º Fundamentos de recusa do reconhecimento e execução	200
Artigo 57º Trâmites do processo de reconhecimento	208
Artigo 58º Sentenças estrangeiras sobre litígios de direito administrativo	209
CAPÍTULO XI Dos tribunais estaduais competentes	209
Artigo 59º Dos tribunais estaduais competentes	209
Artigo 60º Processo aplicável	214
CAPÍTULO XII Disposições finais	215
Artigo 61º Âmbito de aplicação no espaço	215
Artigo 62º Centros de arbitragem institucionalizada	216